

O CENÁRIO DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO BRASIL: UM BALANÇO PELA ÓTICA DE AIDA MARIA MONTEIRO DA SILVA

THE SCENARIO OF EDUCATION IN HUMAN RIGHTS IN BRAZIL: A BALANCE THROUGH THE EYES OF AIDA MARIA MONTEIRO DA SILVA

Aida Maria Monteiro Silva 1
Jefferson da Silva Moreira 2

Resumo: Esta entrevista buscou aprofundar discussões sobre os pilares da Educação em Direitos Humanos, seus desafios e conquistas ao longo de uma década no contexto brasileiro, especialmente após a promulgação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Nesse sentido, a entrevistada, a professora Dr.^a Aida Maria Monteiro da Silva, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), pesquisadora de referência na área, oferece-nos análises críticas e contextuais sobre o cenário da Educação em Direitos Humanos, bem como os retrocessos do cenário político nacional nos últimos anos, que tiveram incidências na efetivação de políticas públicas na área dos Direitos Humanos. Conclui-se a entrevista apontando uma agenda investigativa e formativa para a área da Educação em Direitos Humanos, tendo como pano de fundo o cenário de esperanças que se desenha no Brasil com o fortalecimento da democracia e a busca incessante pela defesa de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Educação em Direitos Humanos. Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Democracia.

Abstract: This interview sought to deepen discussions about the pillars of Human Rights Education, its challenges and achievements over a decade in the Brazilian context, especially after the promulgation of the National Plan for Human Rights Education (PNEDH) and the National Curricular Guidelines for Human Rights Education. In this sense, the interviewee, Professor Dr. Aida Maria Monteiro da Silva, from the Federal University of Pernambuco (UFPE), a researcher of reference in the area, offers us critical and contextual analysis on the scenario of Human Rights Education, as well as the setbacks of the national political scenario in recent years, which had incidences on the implementation of public policies in the area of Human Rights. We conclude the interview pointing out an investigative and formative agenda for the area of Human Rights Education, having as background the scenario of hopes that is drawn in Brazil with the strengthening of democracy and the incessant search for the defense of a more just and egalitarian society.

Keywords: Human Rights Education. Education Human. National Plan on Human Rights Education. Democracy.

- 1 Pós-doutorado na Universidade do Porto/Portugal (2014-2015). Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Mestra em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Especialista em Direitos Humanos pelo Instituto de Derechos Humanos da Costa Rica/San Jose. Graduada em Pedagogia (licenciatura e bacharelado) pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora titular (aposentada) da UFPE/Centro de Educação, atuando no Programa Interdisciplinar de Direitos Humanos. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5736286568421768>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3981-1607>. E-mail: trevoam@terra.com.br.
- 2 Doutorando em Educação pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Pedagogo. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6299718397135208>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5918-7928>. E-mail: jefferson.moreira@unifesp.br.

Apresentação

Aida Maria Monteiro da Silva é graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e realizou estágio de pós-doutorado na Universidade do Porto, em Portugal. Fundadora e coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas de Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Cidadania-Centro de Educação da UFPE. Ex-coordenadora e integrante do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2003-2012). Participou da elaboração do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) (2003-2006) e das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (2012), junto ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Membro do Conselho Acadêmico Consultivo da Escola Internacional de Políticas Públicas em Direitos Humanos do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do Mercosul/Argentina. Ex-coordenadora da RED Latinoamericana y Caribenha de la Educación en Derechos Humanos. Coordenadora da Rede Brasileira de Educação Direitos Humanos (ReBEDH) desde 2020. Professora titular (aposentada) da UFPE/Centro de Educação, atuando no Programa Interdisciplinar de Direitos Humanos. Líder do Grupo de Pesquisa Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Cidadania do Centro de Educação da UFPE. Pesquisadora nas áreas de formação do professor, didática, política pública, Educação em Direitos Humanos. Autora de livros e artigos nessas áreas e coordenadora da Coleção Educação em Direitos Humanos da Editora Cortez/São Paulo, conforme informações disponíveis em seus Currículos lattes.

À professora Dr.^a Aida Monteiro, nossos sinceros agradecimentos pela oportunidade de diálogo sobre a Educação em Direitos Humanos no cenário nacional.

Entrevistadores: O que é a Educação em Direitos Humanos? Quais os seus pilares sustentadores?

Aida Maria Monteiro: Entendemos a Educação em Direitos Humanos como um processo sistemático, contínuo, formativo, que busca desenvolver a humanização das pessoas, no sentido de que estas possam se sentir protagonistas das suas histórias. Isso quer dizer o quê? Pessoas que possam compreender o mundo em que estão inseridas e como elas podem participar da sociedade, o que denominamos de cidadania ativa, ou seja, que as pessoas possam intervir em diferentes ações na defesa intransigente dos Direitos Humanos. Portanto, é necessário que a educação esteja sustentada em três pilares: 1. o conhecimento no campo dos Direitos Humanos, com informação, estudos sobre as leis, os protocolos, o processo histórico como os direitos humanos foi se constituindo, como a educação vem sendo trabalhada, em relação ao processo teórico-metodológico de forma democrática; 2. é trabalhar os valores, as subjetividades, as crenças, muitas vezes enviesadas de racismo, de preconceitos para ir revisitando os comportamentos, as atitudes, as formas de ser e de agir na defesa dos Direitos Humanos; 3. outro pilar que sustenta a Educação em Direitos Humanos é a ação. Não basta ter o conhecimento teórico no campo dos Direitos Humanos, precisamos agir, no exercício da cidadania ativa, em qualquer espaço que a pessoa se encontre: na família, nas organizações sociais e religiosas, no trabalho, na comunidade, nos partidos políticos... O educador em Direitos Humanos não pode ficar omissos em casos de violações de direitos.

Entrevistadores: Qual o principal objetivo da Educação em Direitos Humanos?

Aida Maria Monteiro: É formar pessoas para que possam compreender a sua ação enquanto agente de transformação. Antes se compreendia que educar em Direitos Humanos era, apenas, desenvolver a conscientização crítica, a reflexão sobre o contexto social, político e econômico. Com o avanço do conhecimento na área, compreendemos que o objetivo da Educação em Direitos Humanos é possibilitar que a pessoa se perceba como agente de mudança, de forma individual e coletiva na defesa dos Direitos Humanos. Mas é necessário que o processo educativo trabalhe com os três pilares mencionados anteriormente: o conhecimento da área, os valores e atitudes, o exercício da cidadania, como processo de formação contínua e permanente.

Entrevistadores: Comente um pouco sobre o cenário da elaboração das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos no Brasil.

Aida Maria Monteiro: As Diretrizes Nacionais de Educação e Direitos Humanos, no Brasil, foram elaboradas dentro de um projeto de sociedade que compreendia a educação como construção de formação humana, e processo de transformação das pessoas, nas relações sociais. Esse projeto foi se concretizando no momento em que o Brasil começava a vivenciar a redemocratização com a constituinte e a Constituição de 1988. Nesse contexto, as ações de defesa dos Direitos Humanos foram acontecendo, principalmente com a atuação dos movimentos sociais, e chegamos, em 2003, a um governo que tinha projeto de fortalecer a democracia. Assim, houve uma valorização das organizações sociais, e o governo criou vários conselhos de defesa dos Direitos Humanos e o Comitê Nacional de Educação e Direitos Humanos. Este contou com a participação de especialistas nas diferentes áreas de conhecimento da sociedade civil, de instituições governamentais e não governamentais. Uma das tarefas do Comitê foi elaborar o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), homologado em 2003, passando por uma revisão em 2006. É importante destacar que o PNEDH foi a primeira política pública de Educação em Direitos Humanos no Brasil. Nos dez primeiros anos, vivenciamos a implementação das ações importantes, a exemplo dos PNEDH pelas Secretarias de Educação dos Estados, a criação de comitês e núcleos de estudos nas universidades públicas. Também foram iniciados programas de pós-graduação em Direitos Humanos, além de cursos de especialização e extensão. Porém, como o PNEDH não é uma lei, precisávamos de um documento que tivesse conotação de legislação mandatória para implementar as ações. Assim, chegamos ao Conselho Nacional da Educação (CNE) para elaborar as Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos, homologadas em 2012.

Entrevistadores: Qual balanço faz dos impactos das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos no cenário educacional brasileiro após uma década de sua aprovação?

Aida Maria Monteiro: As Diretrizes orientam os sistemas de ensino público e privado, em todos os níveis e, em todas as áreas de conhecimento, compreendendo a Educação em Direitos Humanos em uma perspectiva interdisciplinar, mas, também, disciplinar de acordo com cada organização curricular. É importante destacar que a construção dessa política só foi possível em um governo que tinha objetivo de construir uma sociedade mais democrática. Assim, as Diretrizes nascem em um campo muito fértil em que os movimentos sociais estavam mobilizados na defesa dos direitos, de acordo com as suas especificidades. O balanço que podemos fazer dos impactos das Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos no cenário brasileiro após o processo de aprovação, em 2012, é que os anos 2000 foi um período favorável à ampliação e à conquista de novos direitos, até o início do segundo governo da presidenta Dilma. Esse processo foi abortado com o *impeachment*, e a grande dificuldade foi não ter havido monitoramento sobre a implantação das diretrizes. No entanto, as diretrizes estão em vigor e precisamos retomar essa ação nas formações, com a inserção de conteúdos de Direitos Humanos nos currículos escolares, em diferentes níveis, na produção de materiais didáticos e nos projetos político-pedagógicos das instituições educativas nas atividades de pesquisa e extensão.

Entrevistadores: Como avalia o cenário da Educação em Direitos Humanos no período em que a extrema direita, representada, principalmente, por Jair Messias Bolsonaro, esteve à frente da Presidência da República? Como os direitos humanos figuraram nesse contexto?

Aida Maria Monteiro: Após a ditadura civil e militar de 1964, que durou 21 anos, o governo Bolsonaro foi o período mais autoritário e violento que a sociedade brasileira vivenciou. Com o *impeachment* da presidenta Dilma, houve grande retrocesso começando no governo Temer, 2016 a 2018, que fortaleceu a chegada do governo Bolsonaro, em 2019, extremamente autoritário, conservador, fascista, com discurso de defesa da ditadura e práticas de violações dos Direitos Humanos. Nesse contexto, houve um desmonte no campo dos Direitos Humanos, com o fechamento dos conselhos de defesa de direitos humanos, inclusive o Comitê Nacional de Educação em Direitos

Humanos, perseguição aos defensores de Direitos Humanos, e retração do processo democrático da sociedade brasileira com tentativas de golpes de Estado. O mais difícil foi vivenciar um governo eleito com características de autoritarismo ditatorial, cultivando o ódio entre as pessoas, alimentado com propagandas de *fake News*, e as mídias favorecendo esse processo, em um processo de eleição direta, o que demonstra a fragilidade da democracia. No entanto, é importante destacar a importância da democracia, mesmo frágil, para a vigência e ampliação dos Direitos Humanos, pois sem democracia não é possível a vigência dos Direitos Humanos. Esse contexto motivou um grupo de especialistas e militantes a retomar a Rede Brasileira de Educação e Direitos Humanos (ReBEDH), movimento da sociedade civil, que foi criada em 1995, com objetivo de contribuir com a sociedade civil organizada, na retomada da democracia no país, e os estudos de Paulo Freire foram balizadores nessa construção. Assim, em 2020, foi recriada a ReBEDH com objetivo de trabalhar os processos formativos com metodologias que sejam participativas, dialógicas, problematizadoras, e que possibilitem a conscientização crítica das pessoas em seus diferentes contextos, o local e o global. É nesse sentido que podemos perceber a contribuição da ReBEDH na política pública, como partícipes e colaboradores, porque somos uma organização da sociedade, e não temos condição de interferir nos sistemas, mas de colaborar, principalmente, com sistema público da Educação.

Entrevistadores: E, atualmente, com o governo Lula, quais desafios se impõe à Educação em Direitos Humanos? De que modo a Educação em Direitos Humanos pode avançar no terceiro mandato do governo Lula?

Aida Maria Monteiro: Em relação ao governo Lula, é importante entender que não se faz mudança, principalmente no campo social, e a educação integra esse campo, de um dia para outro. Não fizemos nenhuma revolução, e estamos vivenciando em uma sociedade em que parte da população compreende e aceita um modelo de sociedade elitista com direitos para pequena parcela da sociedade. E foi exatamente no governo do Jair Bolsonaro que essa sociedade apareceu de forma mais clara. Pessoas que defendiam os privilégios, cuja origem não podemos esquecer: as nossas origens escravocratas, colonialistas, de violências, que estão enraizadas nas nossas subjetividades, nas nossas formas de ser, de pensar e de agir... E o governo Lula vem com a perspectiva de mudança para uma sociedade democrática, mais igualitária no respeito às suas diversidades que é um grande ganho. A composição dos ministérios buscando atender às demandas da sociedade é uma sinalização nessa direção. Mas não podemos perder de vista que essa composição política teve que fazer arranjos para poder governar. É um processo muito recente dessa construção, mas que temos muita esperança de avançar, nesse governo, inclusive com atuação mais consistente no Ministério de Direitos Humanos e Cidadania. No Ministério da Educação, conseguimos estruturar uma coordenação de Educação e Direitos Humanos e compreendemos que são muitos desafios. Mas são desafios possíveis de avançar em relação à Educação em Direitos Humanos e poder colaborar no fortalecimento da democracia em nosso país.

A expectativa é que se retome os Conselhos e outras organizações sociais nos próximos anos para fortalecer a democracia.

E como os Direitos Humanos podem ajudar a fortalecer a democracia em nosso país? Primeiro, a gente está construindo uma democracia a passos muito lentos. Não podemos perder de vista que vivenciamos muito mais tempos, historicamente falando, de períodos de ditaduras no país do que em processos democráticos. O que se pretende é desenvolver a Educação em Direitos Humanos tendo como eixo central o processo da democratização perpassando todas as políticas públicas do país, em diferentes processos formativos, e em diferentes vertentes da educação: formal e não formal, em todos os níveis de ensino, em todas as áreas e modalidades de educação, nas formações de todos os profissionais. Esse é um processo histórico que tem avanços, recuos, e só é possível, de fato, trabalhar uma educação em direitos humanos quando tem um governo com a compreensão de processos democráticos.

Entrevistadores: Sobre o Programa Nacional das *Escolas Cívico-Militares*, como avalia os seus efeitos na Educação Brasileira? De que modo essa proposta caminha na contramão dos princípios da Educação em Direitos Humanos?

Aida Maria Monteiro: Como vimos anteriormente, a educação teve um retrocesso enorme, nos últimos anos, no governo Temer e, principalmente, no governo Bolsonaro, com o desmonte dos projetos de Direitos Humanos e a inserção do Projeto da Militarização das Escolas. E indagamos: por que projeto de militarização das escolas? Para justamente aparelhar o campo da Educação de maneira conservadora, autoritária e fascista. O que se busca é transformar as escolas em ambientes autoritários e antidemocráticos, inclusive contra o que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, que define a educação como processo democrático. Além desse aspecto, esse projeto tem no seu bojo a censura e a intimidação dos docentes e a entrega da gestão e dos processos de aprendizagens para militares, inclusive armados dentro da escola.

Sabemos que a Educação é um campo fértil para desenvolvimento de projetos, porque trabalha com conhecimentos, comportamentos e atitudes. Por isso, a educação é muito visada, e a política educacional pode ser problematizadora, democrática ou conservadora, ditatorial, a depender da concepção do projeto de sociedade.

No governo Bolsonaro, além do Projeto de Militarização das Escolas, foi vivenciado o projeto Escola Sem Partido, que é um engodo porque todo projeto tem concepção política, pois não existe neutralidade na educação. E, ainda, o Projeto da Escola Domiciliar, que é uma negação ao direito dos estudantes, da formação em sociedade, pois somos sujeitos forjados nas relações sociais e nas relações com o mundo. Então, no momento em que se retira da criança e dos jovens a possibilidade de interagir com outras pessoas, eles perdem a possibilidade de aprendizagens de conviver com o diferente, de respeitar as diferenças, as diversas concepções de mundo e de ser humano. Então, foi um período de total retrocesso diante do que estávamos avançando na conquista de direitos, principalmente a partir dos anos 2000.

Entrevistadores: Fale um pouco sobre os desafios para a Educação em Direitos Humanos na próxima década.

Aida Maria Monteiro: Os desafios da próxima década da Educação em Direitos Humanos são na retomada da história do nosso país, que é calcada na cultura escravocrata, com práticas violentas e, ainda hoje, estamos vivendo resquícios dessa cultura de violência. Não é por acaso que temos situações de trabalhos análogos à escravidão. Então, o grande desafio é fazer com que a educação retome o conhecimento desse processo histórico e a relação com a história mais recente, inclusive com o período da ditadura civil e militar de 1964-1985. Não é possível ter pessoas esclarecidas e escolarizadas que afirmem que não existiu ditadura no Brasil. Retomar o conhecimento da origem do nosso país: como foi se construindo, quais eram os verdadeiros heróis das nossas histórias, e recompor a história de um país que tem muitos guerreiros, muitos heróis, mas são invisíveis, porque são pessoas das camadas populares que tiveram papel fundamental na construção de nossa história.

Com relação às ações da ReBEDH, o que se pretende é contribuir para fortalecer a democracia. A ReBEDH tem um papel fundamental de fomentar essa educação nos mais diferentes cantos do país, inclusive na interlocução com os diversos países da América Latina e países da Europa... Então, é nesse sentido que vemos a contribuição da ReBEDH devido à sua estrutura de organização, através de uma comissão nacional, de coordenações estaduais, e essas coordenações têm papel fundamental, porque estão nos estados, articulando com os municípios e os movimentos sociais que promovem a Educação em Direitos Humanos. É no enraizamento da cultura de defesa dos Direitos Humanos que se concentra o trabalho da ReBEDH.

Portanto, o grande desafio é desenvolver processos de formação permanente em todos os campos e áreas de conhecimento, de forma a promover uma revolução cultural que possa repercutir nas mentes e corações das pessoas em busca da construção de uma sociedade mais humanizada, fraterna e solidária

Entrevistadores: Para encerrar, deixe uma mensagem de otimismo e sinalizações de agendas de lutas para os educadores alinhados aos princípios da Educação em Direitos Humanos.

Aida Maria Monteiro: A mensagem que podemos deixar, tomando como princípio a

Educação em Direitos Humanos, inicialmente é afirmar que sou uma pessoa extremamente otimista, que vivenciei ditadura no país e, também, de reconstrução do processo democrático, e mais recentemente tentativas de golpe na direção de retorno da ditadura. Mas, embora sabemos que vivemos em uma democracia frágil, é melhor do que qualquer forma de ditadura, porque entrar na ditadura é fácil, mas difícil é sair. Então, eu penso que desenvolver a Educação em Direitos Humanos, de forma interdisciplinar perpassando o conjunto de todos os campos de conhecimento, a exemplo do desenvolvimento socioambiental, é o grande tema e o grande desafio. Estamos vivendo um novo tempo com muita esperança, e não é a esperança de ficar esperando, mas a esperança que Paulo Freire nos ensinou do esperar, ou seja, de ir à luta, de fazer com que as coisas aconteçam. Tenho muita expectativa de que vamos, sim, retomar o nosso país e a educação libertária, as políticas sociais referentes aos direitos básicos que temos, para que possamos ter uma sociedade mais justa, mais igualitária onde as pessoas possam ser mais felizes.

Entrevistadores: Aos leitores, esperamos que as reflexões e esclarecimentos expostas nesta entrevista possam nos impulsionar à efetivação de movimentos insurgentes em defesa dos Direitos Humanos e de processos educativos em direção a uma sociedade mais justa e igualitária!

Referências

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Comitê Nacional em Direitos Humanos – Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2003.

BRASIL, Resolução nº 1 de 30 de maio de 2012. **Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em: 3 maio 2023.

BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Educação em direitos humanos: diretrizes nacionais**- Brasília: Coordenação de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013 (on-line). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32131-educacao-dh-diretrizesnacionais-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 3 maio 2023.

BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)** / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República -Brasília: SDH/PR, 2010b 228p. Disponível em: <https://www.ohchr.org/Documents/Issues/NHRA/ProgrammaNacionalDireitosHumanos2010.pdf>. Acesso em: 3 maio 2023.

Recebido em 12 de dezembro de 2022.

Aceito em 13 de fevereiro de 2023.